



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

CATSER 1954-2

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia, compreendendo lavagem e passagem, para o TRE/ES.

2. Especificação dos Materiais (peças):

Item	Descrição	Unidade	Qtde
2.1	Toga	peça	09
2.2	Pelerine	peça	06
2.3	Colete em brim com estampa silkada	peça	539
2.4	Toalha pequena de mesa em brim de algodão	peça	25
2.5	Toalha média de mesa em brim de algodão	peça	20
2.6	Toalha grande de mesa em brim de algodão	peça	06
2.7	Toalha extra-grande de mesa em brim de algodão	peça	03
2.8	Tapete listo bege claro (2,50 x 2,10 m)	peça	01
2.9	Tapete listo bege claro (2,15 x 3,60 m)	peça	01
2.10	Tapete listo bege claro (3,00 x 1,50 m)	peça	01
2.11	Tapete listo bege claro (2,40 x 2,10 m)	peça	01
2.12	Tapete listo bege claro (2,50 m de diâmetro)	peça	01

3. Quantidade Estimada dos Serviços:

3.1. Planilha de formação de preços:

Peça	Quantidade de Lavagens	Valor Unitário	Valor Parcial
Toga	27	R\$	R\$
Pelerine	18	R\$	R\$
Colete	539	R\$	R\$
Toalha de Mesa Pequena	75	R\$	R\$
Toalha de Mesa Média	60	R\$	R\$
Toalha de Mesa Grande	18	R\$	R\$
Toalha de Mesa Extra-Grande	09	R\$	R\$
Tapete de 2,50 x 2,10 m	03	R\$	R\$
Tapete de 2,15 x 3,60 m	03	R\$	R\$
Tapete de 3,00 x 1,50 m	03	R\$	R\$

Tapete de 2,40 x 2,10 m	03	R\$	R\$
Tapete de 2,50m de diâmetro	03	R\$	R\$
		TOTAL	R\$

4. Especificação dos Serviços:

- 4.1. As peças dos itens 2.1 e 2.2 deverão ser lavadas a seco e passadas;
- 4.2. As peças do item 2.3 deverão ser lavadas a seco, passadas e acondicionadas, individualmente, em saco plástico transparente, hermeticamente lacrado;
- 4.3. As peças dos itens 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7. deverão ser lavadas, secadas e passadas, providenciando a retirada das manchas, se houver;
- 4.4. As peças dos itens 2.8, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12. deverão ser lavadas a seco, providenciando a retiradas das manchas, se houver;
- 4.5. O recolhimento dos materiais constantes do item 2. deverá ocorrer na sede do TRE/ES, e estes deverão ser entregues pelas mãos do próprio gestor contratual, durante o período de 13:00h. às 19:00h;
- 4.6. O recebimento, pelo prestador, será precedido de emissão de ordem de serviço, cuja emissão será de responsabilidade exclusiva do TRE/ES, que deverá descrever, nos moldes do item 2., qualitativa e quantitativamente, os materiais a serem enviados para lavagem.

5. Da Devolução dos Materiais (peças):

- 5.1. A devolução deverá ocorrer, impreterivelmente, na sede do TRE/ES, sito à Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES, em no máximo três dias úteis, contados a partir da data do seu recolhimento;
 - 5.1.1. No caso das togas e pelerines (2.1. e 2.2.), estes deverão ser devolvidos ao Tribunal até às 14:00h. da segunda-feira posterior à data do seu recolhimento, impreterivelmente;
 - 5.1.2. Quanto aos coletes (2.3), o prazo para devolução dos mesmos será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do seu recolhimento;
 - 5.1.3. Quanto aos tapetes (2.8, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12), o prazo para devolução será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do seu recolhimento;
- 5.2. No ato da devolução dos materiais, o contratado deverá emitir nota fiscal de prestação de serviços nos exatos termos da relação descrita no item 4.6.

6. Da Responsabilidade:

- 6.1. No caso de algum material voltar danificado durante o processo de lavagem, secagem e, ou, passagem ou mesmo extraviado, a contratada deverá efetuar a reposição por material idêntico em no máximo 15 (quinze) dias corridos.

7. Obrigações da Contratada:

- 7.1. Devolver o instrumento contratual devidamente assinado em até 3 (três) dias úteis,

contados a partir do recebimento do mesmo.

7.2. Realizar os serviços objeto da contratação, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

7.3. Refazer os serviços que forem considerados insatisfatórios no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da comunicação efetuada pela unidade solicitante da Contratante, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

7.4. Respeitar as normas e procedimentos ao acesso às dependências da Contratante.

8. Da Proposta:

8.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

9. Do pagamento:

9.1. A liquidação da despesa será por demanda. No ato da devolução dos materiais, a contratada trará a nota fiscal faturada devidamente emitida, com descrição analítica do serviço realizado.

9.2. A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

9.3. A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

9.4. A contratante confirmará se a contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (alterada pela IN RFB 1.540/2015), sem prejuízo de a contratada informar imediatamente à contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

10. Da Vigência:

10.1. O prazo de vigência será da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2020.

11. Das Penalidades:

11.1. A não manutenção da proposta ou o descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração.

11.2. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual equivale à recusa em assiná-lo.

11.3 A contratada que descumprir as obrigações decorrentes do contrato, ficará sujeita às seguintes sanções:

DESCUMPRIMENTO	PERCENTUAL DIÁRIO	LIMITE DE DIAS	LIMITE DE HORAS	PERCENTUAL TOTAL	VALOR DE INCIDÊNCIA DA MULTA
Atraso na devolução das togas e pelerines	5%	-	02	10%	Serviço em atraso
Atraso na devolução dos demais materiais	2%	05	----	10%	Serviço em atraso
Atraso na reparação dos serviços	2%	05	----	10%	Serviço em atraso
Prazo excepcional para execução/ reparação dos demais serviços	2%	05	----	10%	Serviço em atraso
Inexecução total ou parcial	----	----	----	30%	Serviço inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----	----	----	0,5%	Valor total do contrato
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual				20%	Total da Proposta

11.2. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 28, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005;

11.3. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão registrados no SICAF.

Vitória, 09 de setembro de 2019

Andressa Maria Brunoro Grillo
Fiscal do Contrato